

DE AUTOR A *SCRIPTOR*: UM OLHAR PARA O SUJEITO NA LITERATURA BRASILEIRA*

Luiz Gustavo Nunes da Silva (UFVJM)
Carlos Henrique Silva de Castro (UFVJM)

Resumo: O presente artigo tem como objetivo primeiro abordar o papel do sujeito que entra em contato com a literatura, tanto o autor quanto o leitor, bem como as trocas entre realidade e ficção, em um meio dito paratópico. Em um segundo momento, o texto busca entender a função desse sujeito no fazer literário e ainda mais, seu papel no combate ao preconceito e na busca por um diálogo entre excluídos e excludentes. Para tanto, apresentamos sucintamente as questões teóricas de interesse, centrando-se principalmente nas ideias de Antonio Candido. Apoiamo-nos, ainda, no conceito de *scriptor*, usado por Roland Barthes em *A Morte do Autor* (1968) para definir o sujeito que dá sentido à obra literária e põe fim a um papel exclusivo do escritor. Por fim, buscando compreender melhor esse sujeito, no sentido de como se dá sua construção, há de se perfazer um trajeto expositivo por alguns momentos históricos da literatura brasileira para, então, apresentarmos um levantamento de questões de pesquisa de relevância, sobretudo a partir de um viés social.

Palavras-chave: Literatura brasileira; autor; *scriptor*.

1. Introdução

O texto aqui produzido pauta-se na análise da construção e recepção da sexualidade homossexual, tanto erótica quanto identitária, em obras literárias que foram escritas em épocas distintas, comparando os aspectos da escrita conforme as regras culturais impostas por um grupo social dominante, além de tentar estabelecer uma relação entre autor e obra, reafirmando os termos de paratopia e *scriptor*, conceitos apresentados, respectivamente, pelo linguista Dominique Maingueneau e pelo crítico literário Roland Barthes

Assim sendo, o interesse surge na suposição de que pouco se tem produzido, em termos de teoria, a respeito da construção da sexualidade dos homossexuais. Condição essa talvez justificável pelo fato de que a literatura - nos referimos às obras de deleite, com finalidades estéticas ou que contam uma história - a respeito desse grupo social e para os adeptos a leituras com essa temática tem sido produzida, mas encontra-se ainda reclusa, retalhada e velada pela sociedade contemporânea nas estantes das livrarias, isso quando publicada.

Em uma superficial e pretensiosa análise do gênero, a partir das experiências de leitura destes autores, notamos que essas obras, de maneira geral, trazem práticas reais, autobiográficas ou não, enquanto meio paratópico; no entanto, a ficção também está presente e nem sempre é possível localizar os limites entre uma e outra. Partindo desse pressuposto, pretendemos buscar aspectos que nos façam compreender a importância e o papel do sujeito autor e também do sujeito *scriptor*, que se trata, em linhas gerais, do leitor/interlocutor que dá significado ao texto. O referido termo há de ser melhor esclarecido posteriormente, mas adiantamos que ele nos auxilia a entender a função desse sujeito no fazer literário e ainda mais, seu papel no combate ao preconceito e na busca por um diálogo entre excluídos e excludentes, pois constatou-se que essas narrativas possuem algo em comum, que como bem definiu Castro (2010), são histórias que falam da atração erótica entre pessoas do mesmo sexo, em épocas distintas, mas com um ponto comum: o preconceito.

* XIV Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online

Assim, a identidade do indivíduo é construída nessas obras como algo supostamente proibido, não sendo permitido que esses sujeitos demonstrem quem são, além de serem privados silenciosamente de exporem seus sentimentos, é dizer, de explicitá-los. Por isso estabeleceu-se uma linha de pensamento, no qual é preciso lembrar e insistir que as personagens das obras a serem analisadas se constroem e são construídas conforme as orientações de um grupo social que se sobrepõe a outros, conforme as normas definidas pelo *status quo* que marginaliza as sexualidades divergentes da heterossexualidade. Foucault, em *História da Sexualidade* (1993), nos fala um pouco sobre essa dominação, explicitando que “(...) se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutro lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, senão nos circuitos da produção, pelo menos nos do lucro.” (p. 09). Nesse sentido, podemos inferir que a sexualidade não condizente com os paradigmas do grupo dominante deve ser excluída, caso venha a ser aceita, deverá, no mínimo, estar associada ao capitalismo.

Diante de tal quadro e de tais pressupostos, pretende-se adentrar sutilmente no campo da Análise do Discurso, visando um contrato de comunicação implícito que é aceito entre os diferentes sujeitos. Segundo Charaudeau (2001, p. 240),

O contrato de comunicação designa o conjunto de condições nas quais se realiza qualquer ato de comunicação (qualquer que seja sua forma, oral ou escrita, monolocutiva ou interlocutiva). Trata-se de um contrato tacitamente firmado entre os parceiros envolvidos na interação linguística que lhes possibilita: reconhecerem-se como sujeito nesse ato de linguagem; reconhecerem o objeto temático do ato de linguagem e o objetivo; considerarem a influência das circunstâncias nesse ato.

É devido a esse contrato de comunicação que não falamos qualquer coisa a qualquer pessoa e em qualquer lugar. Esse lugar de fala e para quem se fala se relacionam às condições de noção de produção. De acordo com Maingueneau (1998, p. 30),

Essa noção, advinda da psicologia social, foi reelaborada, no campo da análise do discurso, por Pêcheux para designar não somente o meio ambiente material e institucional do discurso, mas ainda as representações imaginárias que os interactantes fazem de sua própria identidade, assim como do referente de seus discursos.

Não há intenção em aprofundar-se nos estudos de Pêcheux, mas vale, neste momento, trazê-lo à luz para que se possa perceber como a identidade de um sujeito autor está relacionada à sua produção, no qual o que é vivido por esse indivíduo não se distancia completamente de sua ficção literária.

2. Conceituando a literatura

A literatura é, antes de qualquer tentativa de definição, uma forma de conhecimento, portanto, mais do que uma forma de expressão e uma construção de objetos semiologicamente autônomos. Demos pontapé então a este texto, tentando, à luz de Antonio Candido, sociólogo, crítico literário e professor universitário brasileiro, definir o que ela pode vir a ser.

Candido, em seu ensaio “O direito à literatura”, ainda em 1995, já nos situava muito claramente em relação à posição que estava e poderia vir ainda estar a literatura, uma posição poderosa de instrução e educação, uma vez que pertencia aos currículos, fazendo-se então um mecanismo intelectual e afetivo, pois através dela, ora na poesia, ora na ficção ou na ação dramática é que se encontram os valores predominantes na sociedade, sejam eles aceitos ou não. Com isso, no raciocínio do autor, a literatura é detentora do poder de confirmar e negar, propor e denunciar, apoiar e combater, tudo isso enquanto se dá ao indivíduo a possibilidade de viver dialeticamente seus problemas.

Em uma ampla concepção, literatura pode ser então compreendida como uma criação poética, ficcional ou dramática, reflexo de diferentes culturas, desde os termos mais simples às denominações mais complexas da produção escrita, vindo a ser então uma manifestação universal em diferentes tempos. Pensar em uma sociedade sem literatura é algo impensável, uma vez que o indivíduo precisa da fabulosidade para lidar com o real. Tanto é fato que o ser sonha todo dia, na tentativa de fuga a um submundo.

Em seu ensaio, a respeito desse assunto, disse Antonio Candido que

[...] a criação ficcional ou poética, que é a mola da literatura em todos os seus níveis e modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito – como anedota, caso, história em quadrinhos, noticiário policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco. Ela se manifesta desde o devaneio amoroso ou econômico no ônibus até a atenção fixada na novela de televisão ou na leitura seguida de um romance (p. 176-177).

Das duas últimas proposições, podemos depreender que literatura é vista então como linguagem, um encontro marcado entre autor e *scriptor*, termo este defendido por Roland Barthes (1968), o que pode ser comparado ao interlocutor, culminando em uma troca de experiências, ainda que esse fator dependa de uma grande disponibilidade do leitor, e aqui, parafraseando Oliveira (2018, p. 16), o texto literário é capaz de conduzir o indivíduo a uma reflexão, uma vez que seu consumo induz a práticas socializantes que se mostram democráticas. A partir dessa prática de leitura, o sujeito é capaz de teorizar, refletir e questionar o meio em que vive, buscando transformações que possam ir ao encontro de um bem comum coletivo, desvelando o tema da invisibilidade de grupos considerados minorias.

A literatura, não do ponto que busca ser uma crítica, mas compreendida estritamente como arte, é, por sua vez, uma negação da realidade, um mecanismo difusor da ideia de arte pela arte, pensamento profundamente difundido e defendido pelos parnasianistas no século XVIII, e bem antes pelo filósofo grego, Aristóteles, não assumindo assim algum compromisso com a veracidade que, possivelmente só é encontrada nas entrelinhas das obras e claro, por uma comparação histórica pré-estabelecida.

Já em relação aos propósitos da literatura, nos deparamos com algumas contrariedades. Explicando melhor: têm-se criado a teoria de que ela, atualmente, “não é a maneira mais difundida para explicar o mundo e para transmitir valores.” (ROCCO, 1992 *apud* OLIVEIRA, 2018, p. 15) porém, é ela ainda o meio mais fácil de aceitar a realidade de modo menos agressivo e perturbador, pois como nos informa Held (1980),

A literatura tem sido ao longo da história, uma das formas mais importantes de que dispõe o homem, não só para o conhecimento do mundo, mas também para a expressão, criação e re-criação desse conhecimento. Lidando com o imaginário, trabalhando com a emoção, a literatura satisfaz sua necessidade de ficção, de busca de prazer. Conhecimento e prazer fundem-se na literatura, e na arte em geral, impelindo o homem ao equilíbrio psicológico (*apud* VIEIRA, 1989, p.11).

Nesse sentido, de olhar para a literatura com uma perspectiva de reconhecimento, Antonio Candido (2011) nos relembra que “ela é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente.” (p. 175), o que nos faz concebê-la, talvez de modo bem clichê, o que já foi mencionado em outro momento nas linhas anteriores, quando nos referimos a ela como uma manifestação universal dos valores do indivíduo em diferentes momentos da história.

3. O novo sujeito da literatura: o *scriptor*

O papel da transmissão de valores desses homens e do contexto histórico esteve sempre atrelado à função do autor. Porém, em 1968, a publicação do texto intitulado “A Morte do Autor”, de Roland Barthes, serviu como questionamento em relação a esse papel. Para ele, durante a elaboração de um texto, o autor se baseia em referências e ideias que são anteriores a sua escritura, e que portanto não dependem dele para passarem a existir. Esse ideal nos leva à concepção de uma voz plural no texto, ideia já apresentada por Bakhtin, em 1929, cuja interpretação estaria a cargo do que ele nomeou de *scriptor*, que como já dito, trata-se de um termo usado para designar o leitor/interlocutor que busca significar o texto.

Um texto é feito de escrituras múltiplas, saídas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação; mas há um lugar em que essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se disse até o presente, é o leitor: o leitor é o espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura: a unidade do texto não está em sua origem, mas no seu destino. (BARTHES, 1988, p. 64)

Quando Barthes propõe o termo já referido ele excluiu o autor, mas não ignora sua capacidade criativa, pois o que ele deseja, em linhas mais gerais, é uma nova visão que se colocasse como oposição à crítica literária da época, uma vez que se encarava o texto como uma representação do autor, atrelando o entendimento à biografia do escritor, fazendo com que o autor se tornasse mais relevante do que o texto em si.

Explicando melhor, para Barthes, o autor se baseia em referências, em algo que já fora construído anteriormente à sua escrita, é dizer, tudo já existe em termos de significados coletivos a serem individualmente apropriados, e que são constantemente ressignificados de um modo muito particular, conforme a condição do ser. Todas as referências já estão ali, disponíveis para o uso. O que o autor faz então é moldar de acordo com a sua intenção, afinal tudo é independente da existência do escritor.

Baseando-se nessa ideia, ele questiona se seria então o autor realmente o autor da obra, uma vez que o texto não está centrado em uma voz, o que o faz então não ter um único autor. Barthes assume essa postura em relação aos ideais da neocrítica, que como já dito, julgavam essencial compreender a vida do autor e seu contexto para compreender uma obra literária. E é nessa crítica que reside então o surgimento do *scriptor*.

O scriptor moderno nasce ao mesmo tempo que o seu texto; não está de modo algum provido de um ser que precederia ou excederia a sua escrita, não é de modo algum o sujeito de que o seu livro seria o predicado; não existe outro tempo para além da enunciação, e todo o texto é escrito eternamente aqui e agora (BARTHES, 1988, p. 61).

Assim sendo, uma obra literária em seu ato de criação possui um objetivo e características que são relacionadas ao desejo do autor. Entretanto, após sua elaboração, ela adquire um novo significado durante a leitura, o que provoca uma interpretação pautada no desejo do leitor e não mais apenas nos enlaces em torno do autor.

Toda essa questão barthesiana perpassa o conceito de realismo, já que segundo Barthes, o realismo é uma ideia moral, quando entendido como uma escolha do escritor no modo de representar o real. Para o sociólogo, o texto deveria ser um campo de identidade neutra, de dissolução da autoria, já que ao se indagar sobre a criação, o que se tem no texto não é mais a fala do autor, é a fala da linguagem textual em si, que atua diante do leitor produzindo um determinado efeito.

Como afirmou Patrick Charaudeau, linguagem é todo modo de comunicação, seja através do agir ou do pensar, que possa permitir ao indivíduo interagir com seu semelhante e tentar

compreender todo e qualquer discurso. Trata-se, portanto, de um *scriptor* que não desconsidera a existência do autor, mas não a julga primordial para significação no texto. Assim sendo, o discurso torna-se um ato de linguagem, um fenômeno de troca de conhecimento entre indivíduos, que ao longo da troca comunicativa se reconhecem como semelhantes e diferentes.

Pode parecer contraditório dizer que enunciador e enunciatário se reconheçam como semelhantes e ao mesmo tempo como diferentes, mas não o é. Vejamos: enunciador e enunciatário são semelhantes à medida que reconhecem uma informação comum, ou seja, que os saberes são compartilhados e reconhecidos por ambos os lados, em relação a isso podemos mencionar o contexto histórico; por outro lado, esses sujeitos são diferentes à medida que desempenham papéis particulares na troca comunicativa: de um lado temos o sujeito-produtor de um ato de linguagem (o sujeito comunicante), no caso, o autor. Do outro lado temos o sujeito-receptor (interpretante) deste ato de linguagem, e aqui nos referimos ao leitor.

A proposição de Barthes é então, talvez indiretamente, ponto presente nas ideias de Charaudeau, quando ele nos permite pensar na possibilidade de reconhecimento e interação entre escritor e leitor no que se refere à interpretação do texto literário.

4. Uma retomada da função do autor em alguns momentos da literatura brasileira

Quando nos pré-dispomos a fazer um olhar panorâmico em alguns momentos da literatura brasileira em relação ao papel (des)construtivo do autor frente à escrita, conseguimos associar melhor o que propõe Roland Barthes.

Durante o Quinhentismo, período de pré-produção literária, compreendido entre 1500-1601, a Literatura no Brasil refere-se aos primeiros escritos de viajantes e missionários europeus que documentavam informações sobre a terra recém-colonizada, documentação essa que tem valor não só histórico de registro de uma época, como também serviu de material temático inspirador à produção literária posterior, nos colocando assim frente à uma tipologia autoral que não se preocupava com o deleite do leitor.

Já no Romantismo, os autores românticos buscavam retratar o drama da humanidade, amores trágicos e ideais utópicos, atendendo aos anseios e difundindo os valores de uma classe privilegiada, uma grande diferença do movimento anteriormente mencionado. Nesse momento temos um autor que produz e se preocupa com o desejo do leitor.

O papel do autor muda nos movimentos seguintes: o Realismo e o Naturalismo, passam a designar ao escritor o lugar de um cientista, cuja função era a de apenas observar (inclusive nos levando a associar, muito sutilmente, o seu papel no Quinhentismo), e fugir da visão idealizada e subjetiva do movimento anterior, desenvolvendo assim um estilo literário objetivo e descritivo, associado a diversas teorias científicas da época (século XIX), mas que ao mesmo tempo trazia para seu público histórias parcialmente ficcionais, uma vez que pregava-se um certo compromisso com as questões reais. Entretanto, o papel do interlocutor não diverge dos movimentos anteriores. Esse papel passa a mudar com a chegada do Modernismo.

O Modernismo, que teve sua explosão com a Semana de Arte Moderna, em 1922, foi um movimento culturalmente rico no Brasil, que atingiu intensamente as artes e a vida social nacional no início do século XX, em especial a esfera literária e as artes plásticas. Nele o autor mais uma vez tem que lidar com uma desconstrução de sua função, havendo assim uma ressignificação da literatura.

O movimento modernista, mais especificamente na Primeira Fase (1922 – 1930), se caracteriza por possibilitar uma linguagem mais livre, semelhante à linguagem coloquial. Naquele momento o autor buscava, principalmente, formar uma identidade nacional que, todavia, não havia sido de fato construída, pois ele acreditava na relevância da cultura brasileira. Esse autor executa

o papel de criador, e a sua arte passa a transcender os modelos de produção europeia. É nesse contexto que a personagem adquire vida e o leitor passa a se reconhecer nela, possibilitando então a dinâmica do reconhecimento desses sujeitos e criando as diversas interpretações possíveis acerca da obra.

5. Conclusão

O papel da literatura tem sido amplo, buscando, muitas vezes, representar os modos de vida e vivências de uma determinada cultura ou culturas, o que nos leva a conceber a ideia de que ela pode ser um caminho para a exposição e o debate dos paradoxos pelos quais passaram e passam a sociedade, incluindo o papel político e social dos indivíduos. Nesse sentido temos como exemplo o autor e o leitor, que saem do papel central de produtor *versus* receptor e entram em uma outra dinâmica, a da interação e da colaboração na produção de sentidos, na materialização do texto e da literatura. Essa interação só é possível pelo fato de leitor e autor serem de grupos plurais, mas com pontos de contato entre suas culturas, entre suas motivações, entre seus desejos e prazeres já que estamos falando de literatura.

A pluralidade e a interação por ela proporcionada conduzem a construções múltiplas, inclusive de autor e leitor. Nas palavras de Barthes, o nascimento do Leitor há de ser paga com a morte do Autor. É dizer, só é possível essa construção múltipla quando se descarta a centralidade do sujeito-autor, sujeito construtor de sentidos sócio e culturalmente situados, o que aproxima sua autoria de sua realidade. Nesse entendimento, o autor busca unificar os fragmentos de sua experiência, o que faz ser possível a identificação do leitor, consolidando-se então, na obra literária, uma visão, ainda que ficcional, mas ao mesmo tempo real desse sujeito agora alcunhado de *scriptor*.

Essas são questões importantes que podem nortear pesquisas como, por exemplo, pesquisas a partir da análise de obras literárias com foco nas questões culturais que envolvem o *scriptor*, experimentações vividas pelo autor enquanto autor, o diálogo entre a realidade do autor e a ficção do *scriptor*, os meios que estão envolvidos, que culturas trazem e etc. Como o indivíduo (re) produtor de sentidos e culturas, o autor tem uma potencial projeção dos dogmas do meio em que está inserido e consegue refletir esse aspecto na elaboração de suas personagens, e mesmo que possa caminhar pela liberdade de expressão e criação literária, acaba por muitas vezes optando por realçar nessas criações, as crenças históricas que carrega. Daí, o potencial etnográfico do estudo de obras literárias e o diálogo possível com questões contemporâneas, como o preconceito, sobretudo na esfera da sexualidade que oprime e mata muitos sujeitos, como é amplamente sabido.

Referências

- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: *O rumor da língua*. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CANDIDO, Antonio. O direito à Literatura. In: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- CASTRO, Carlos Henrique Silva de. Em cena o obscuro: O homoerotismo em dois contos brasileiros do século XX. In: *SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais*. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.08, v.1, Dezembro. 2010. pp. 79-102.
- CHARAUDEAU, Patrik. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. Em: MARI, Hugo et all. (Orgs). *Análise do Discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte, NAD/FALE/UFMG, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade*. v. 1. Rio de Janeiro: Graal. 11ª ed. 1993.

HELD, Jaqueline. *O imaginário no poder: as crianças e a literatura fantástica*. v.7 Trad. Carlos Rizz. São Paulo: Sumus Editorial, 1980.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-Chave da Análise do Discurso*. Tradução de Márcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

OLIVEIRA, Desirê Adrienne. *ALUNO-AUTOR: a aprendizagem da leitura e escrita a partir de narrativas de mistério*. ProfLetras – Faculdade Letras. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2018.